

## POLÊMICA E DENEGAÇÃO: DOIS FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DA NEGAÇÃO \*

FREDA INDURSKY  
UFRGS

### INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende produzir uma distinção entre **negação polêmica** e **denegação**. Esse desdobramento está embasado em análises de recortes extraídos do discurso presidencial da IIIa República Brasileira (1964-1984).

Tal reflexão determinou a revisão do trabalho de Ducrot, que sintetizamos brevemente, a seguir.

### ONDE NEGAÇÃO POLÊMICA EQUIVALE À DENEGAÇÃO

Em 1972, Ducrot apontava duas funções diversas para a negação: (1) a **função descritiva** - que realiza a representação de um estado de coisas e (2) a **função metalingüística** - que consiste na oposição a um enunciado afirmativo.

Em 1973, o autor, ao retomar sua análise, mantém a **função descritiva**, entendida como a afirmação de um conteúdo negativo, mas substitui a função metalingüística pela **função polêmica**, considerando-a como a rejeição de um conteúdo positivo.

Em 1980 e, posteriormente, em 1984, Ducrot retoma novamente a questão para harmonizá-la com sua teoria da polifonia. Descreve três tipos de negação: (1) **descritiva**, (2) **metalingüística** e (3) **polêmica**. A primeira não sofreu modificação. A segunda refuta um locutor, opondo-se a seu enunciado e/ou seus pressupostos. Destas não nos ocuparemos neste tra-

---

\* Trabalho apresentado no Encontro **Língua, Discurso, Interação**, realizado em 20/07/90, durante a 42ª Reunião Anual da SBPC, Porto Alegre, RS, de 08/07/90 a 13/07/90.

balho. A **negação polêmica**, por sua vez, permite que se expressem, simultaneamente, no mesmo enunciado os pontos de vista antagônicos de dois enunciadores: o enunciado positivo é imputado a um primeiro enunciador; enquanto o negativo é atribuído a um segundo enunciador, com o qual o locutor se identifica para opor-se ao primeiro.

Vejamos o recorte<sup>1</sup> abaixo.

“Revolução, em verdade, e não golpe de Estado...

Revolução, e não motim militar...”

(CS - 03.10.66 - Frente ao Congresso Nacional, após sua eleição)

Nesse recorte, confrontam-se dois pontos de vista incompatíveis, produzidos por enunciadores antagônicos. Para o primeiro, o **movimento de março de 1964 é um golpe de Estado, um motim militar**. Para o segundo, o **movimento de março é uma Revolução**. Costa e Silva mobiliza os dois pontos de vista antagônicos, identificando-se com o segundo para refutar o primeiro. Assim procedendo, instaura a negação polêmica em seu discurso.

Segundo Ducrot (1980, p.50), a negação polêmica é similar à denegação psicanalítica, cujo funcionamento foi descrito por Freud, em 1925, embora não a designasse assim. O termo **denegação** foi introduzido posteriormente pela escola francesa de psicanálise.

Na teoria psicanalítica, através da negação, o sujeito pode mascarar aquilo que, por ter sido censurado pelo superego e recalçado no inconsciente, não lhe é facultado dizer. Ou, se preferirmos, através da denegação, o sujeito diz sem, de fato, dizer, apresentando-se **dividido** entre seu desejo de dizer e sua necessidade de recalcar. E a denegação possibilita a verbalização dessa divisão, pois o sujeito, ao formular o recalçado negativamente, pode expressá-lo sem, contudo, admiti-lo.

Comparando a **negação polêmica** com a **denegação**, percebe-se uma duplicidade de enunciadores na primeira, e um desdobramento do sujeito, na segunda. E é justamente essa similaridade que levou Ducrot a estabelecer uma analogia entre os dois funcionamentos, pois, em ambos, dá-se a ocorrência de um enunciado negativo que se contrapõe a um enunciado afirmativo contrário.

Considerando os pressupostos teóricos da teoria semântica da enunciação e sua concepção de sujeito, essa analogia é válida. O mesmo não ocorre, entretanto, no âmbito da Análise do Discurso (AD), como veremos, a seguir.

## ONDE NEGAÇÃO POLÊMICA NÃO EQUIVALE A DENEGAÇÃO

Se as duas teorias aproximam-se por conceberem um sujeito fragmentado, é ainda em função do sujeito que ambas se distinguem. Para a AD, além de fragmentado, descentrado e disperso, o sujeito é ideologicamente constituído. Conseqüentemente seu discurso relaciona-se com uma formação discursiva (FD) específica, sendo por ela determinado. Ou seja, a FD constitui-se de um saber que lhe é próprio, determinando o que pode e deve ser dito por um sujeito por ela afetado, daí decorrendo a coerência discursiva de seu dizer. Assim, ao mobilizar enunciados produzidos por outros enunciadores, o sujeito com eles estabelece relações ideologicamente determinadas de identidade, similaridade, divergência, conflito, antagonismo, etc.

Dito isto, retomemos o exame da negação polêmica e da denegação.

Na teoria semântica da enunciação, a negação polêmica decorre do confronto direto entre os pontos de vista de dois enunciadores antagônicos. Ao passar para a AD, dá-se um deslocamento. A polêmica aí se instaura porque tais pontos de vista representam posições de sujeito determinadas por FD antagônicas. Dito em outras palavras: em AD, a relação polêmica não se estabelece diretamente entre dois sujeitos, mas entre duas posições de sujeitos que representam FD antagônicas. Assim, a polêmica discursiva não é individual, ela decorre do confronto entre práticas discursivas sociais. Desse modo, o sujeito, ao refutar um elemento do saber de outra FD, refuta um elemento que é exterior ao saber de sua FD.

Retomemos, à luz da AD, a análise do recorte anteriormente examinado. A negação estabelece conflito entre duas posições de sujeito divergentes por estarem afetadas por FD antagônicas, de tal sorte que aquilo que significa **golpe de Estado**, **motim**, para uma, é **Revolução**, para a outra. E, sendo antagônicas, a relação que se estabelece entre os sujeitos por elas afetados também o é, instaurando-se, por conseguinte, uma relação polêmica, responsável pelo que Maingueneau (1989, p. 119-21) denomina de **interincompreensão**, decorrente do confronto entre dois sujeitos cujo discurso se situa em duas redes discursivas simétricas e antagônicas (Courtine, 1981). Tal simetria impede que haja comunicação entre ambas, restando-lhes apenas o recurso à polêmica que repudia e refuta o saber adverso.

Vejamos, agora, a denegação. Na psicanálise, este processo instaura-se quando o sujeito nega um comportamento seu que não reconhece, deixando-o recalcado em seu inconsciente. Ao deslocar esse conceito para a AD, faz-se necessário manter um paralelismo. Assim, proponho

que se considere **denegação discursiva** aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso. Ou seja, a **denegação discursiva** relaciona-se com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona. Assim, seu efeito não é polêmico. Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa.

Vejamos, a seguir, três recortes que permitirão examinar praticamente o funcionamento da denegação discursiva.

“ Não tenho complexo anticomunista... Nem o meu anticomunismo exclui o conhecimento de conquistas da Revolução de 1917...”

(CB - Homenagem ao Governador de Pernambuco \_\_\_\_ - 5.5.64)

“... o que torna militar uma candidatura não é a pessoa do candidato, mas as origens dessa mesma candidatura. A solidariedade dos meus camaradas do Exército, da Armada e da Força Aérea não lhe modificaram aqueles atributos: apenas exprimem sua aspiração unânime de continuidade do processo revolucionário e de sua defesa”.

(CS - Frente ao Congresso Nacional, após sua eleição - 3.10.66).

“Não quero dizer que não desejo oposição: infeliz daquela democracia em que não houver oposição”

(F - São Luiz - 2.10.78)

Os três recortes serão examinados globalmente. Neles, a negação incide sobre elementos de saber pertencentes a FD que afeta seus sujeitos. Nesse domínio, é legítimo ser **anticomunista**, bem como é usual representar o governo como uma continuidade da Revolução, inferindo-se daí seu caráter militar. Da mesma forma, a **oposição** aí é constantemente hostilizada e associada ao lado corrupto da sociedade civil, enquanto a pureza dos sentimentos patrióticos é privativa das Forças Armadas.

Vê-se, pois, que a negação, nestes recortes, incide sobre fatos que podem ser ditos, mas que, por razões conjunturais, são denegados. Assim procedendo, o sujeito não os reconhece, razão pela qual permanecem recalcados na FD. Não os podendo formular em seu discurso, sua emergência aí se dá através da denegação discursiva.

Após examinar estes dois funcionamentos discursivos, à luz da

AD, vamos contrastá-los.

Pode-se dizer que, nos dois funcionamentos, o enunciado negativo é a manifestação de outro, afirmativo. Mas, através da negação polêmica discursiva, dá-se o confronto entre duas redes antagônicas e o enunciado negativo refuta a que se lhe opõe ideologicamente. Já com a denegação discursiva, não há confronto, nem refutação. O funcionamento é diverso e o efeito também o é. O processo de denegação dá-se no interior da rede discursiva em que está inserido o enunciado negativo. Dito em outras palavras: o sujeito não reconhece um saber que é próprio de sua FD.

Portanto, para que a negação produza um efeito de polêmica, duas FD são mobilizadas e isto é evidenciado pelo confronto entre duas posições de sujeito antagônicas. Esse funcionamento discursivo remete para as relações que a FD estabelece com sua exterioridade. Para que a negação produza um efeito de denegação, ocorre a ocultação de um comportamento admitido pela FD a que o enunciado está vinculado. Esse funcionamento discursivo aponta para as relações que a FD estabelece com a sua interioridade. Dito em outras palavras: a denegação revela o modo como o sujeito relaciona-se com a FD que o afeta. Tal posicionamento pode gerar polêmica, mas não se reveste de um efeito polêmico.

## CONCLUSÃO

No discurso presidencial da IIIA República Brasileira, a negação polêmica está sempre presente, o mesmo não sucedendo com a denegação discursiva. Esta ocorre apenas em Castello Branco, Costa e Silva e Figueiredo. Ou seja, manifesta-se no período inicial do Regime militar, cessa após o golpe interno de 1968 e reaparece com Figueiredo, marcando o término do ciclo. Assim, nos períodos inicial e final - que se pretendiam democráticos - era preciso recalcar elementos próprios da FD que afeta tais discursos. Essa necessidade desaparece no período em que a ditadura apresenta-se escancarada em tais discursos. Por essa razão, não se registram ocorrências de denegação discursiva nos discursos de Médici e Geisel.

Ficam assim determinadas as condições em que tais discursos foram produzidos, explicitando-se porque enquanto a denegação discursiva se instaurou no discurso da Revolução. Tal fato vem corroborar a distinção que este trabalho procurou estabelecer: **negação polêmica** e **denegação discursivas** - dois funcionamentos diferentes e dois efeitos diversos nos processos de produção do sentido no discurso presidencial da IIIa.

República Brasileira.

## DISCURSOS PRESIDENCIAIS CITADOS

- CB - CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. **Discursos**. Brasília, Imprensa Nacional, 1964.
- CS - COSTA E SILVA, Arthur da. **Pronunciamentos do Presidente**. Brasília, Imprensa Nacional, 1983.
- F - FIGUEIREDO, João. **Do Aracoara ao Planalto**, um programa de governo. Brasília, Imprensa Nacional, s.d.

## NOTA

1. A noção de recorte aqui assumida foi proposta por Orlandi (1983, p.128-9; 1984, p.13-7) para distinguir **análise frasal**, que opera com a segmentação lingüística, de **análise discursiva**, que trabalha sobre o texto. Orlandi entende recorte como uma unidade discursiva onde linguagem-e-situação estão correlacionadas. Vale dizer que recorte é um fragmento da situação discursiva.

A isto, gostaria de acrescentar que o exame puramente textual de um fragmento não faz dele um recorte. Para que tal passagem se dê, faz-se necessário considerá-lo em sua dimensão discursiva. Ou seja, para que um fragmento textual seja um recorte discursivo, é preciso examiná-lo em suas relações intra e intertextuais.

## BIBLIOGRAFIA

COURTINE, J.J. Analyse du discours politique. *Langages* (62), jun, 1981.

DUCROT, O. **Dire et ne pas dire**. Paris, Hermann, 1972. Ed. brasileira: **Princípios de semântica lingüística**. São Paulo, Cultrix, 1977.

\_\_\_\_\_. **La preuve et le dire**. Paris, Mame, 1973. Ed. brasileira: **Provar e dizer**. São Paulo, Global, 1981.

\_\_\_\_\_. et alii. **Les mots du discours**. Paris, Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation. IN **Le dire et le dit**. Paris, Minuit, 1984. Ed. brasileira: **O dizer e o dito**. Campinas, Pontes, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, Pontes, Ed. UNICAMP, 1989.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Segmentar ou Recortar. **Lingüística: Questões e controvérsias**. Uberaba, FIUBE, 1984.